

Crianças ainda terminam 3º ano sem ler e escrever

De acordo com o Censo, 15% dos alunos ainda não estão alfabetizados aos 8 anos; para vencer o problema, governo federal acaba de lançar programa que destina verbas a estados e prefeituras para que melhorem a qualidade do ensino nos primeiros anos

Tatiana Beltrão

GARANTIR QUE TODAS as crianças estudantes de escolas públicas brasileiras sejam alfabetizadas até o final do 3º ano (antiga 2ª série) do ensino fundamental, aos 8 anos, é o objetivo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, lançado pelo governo federal neste mês. Cursos de formação para cerca de 360 mil professores e avaliações nacionais periódicas estão entre as principais ações, a serem implementadas pelos estados e municípios com apoio técnico e financeiro do governo federal.

A medida provisória que institui o apoio aos entes federados que aderirem ao pacto (MP 586/12) está em análise no Congresso. Na última semana, foi designada a comissão de senadores e deputados que avaliará a medida. O relatório, do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), deve ser apresentado à comissão mista na próxima semana. Depois, a MP será votada pelos Plenários do Senado e da Câmara.

Alfabetizar na idade certa ainda é um desafio no Brasil. Dados do Censo 2010 indicam que 15,2% das crianças brasileiras não sabem ler nem escrever aos 8 anos. O problema se mostra ainda mais complexo quando se consideram os resultados por região: no Norte, o índice chega a 27,3%, e no Nordeste, a 25,4% — uma desigualdade brutal em relação à Região Sul, que apresenta as melhores taxas do país, com 5,4% de crianças não alfabetizadas na faixa etária adequada.

Outros estudos confirmam as deficiências do ensino no ciclo de alfabetização. A Prova ABC (Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização), aplicada em 2011 a 6 mil

Números do pacto

O pacto envolve aproximadamente **8 milhões de alunos**, matriculados nos três primeiros anos do ensino fundamental em escolas públicas

Cerca de **360 mil professores** atuam como alfabetizadores nessa etapa

A rede pública de ensino do país tem cerca de **400 mil turmas** de 1º, 2º e 3º anos e multisseriadas, distribuídas em 108 mil escolas

No Brasil, **15,2%** dos alunos dessas escolas **não conseguem se alfabetizar** até o fim do 3º ano do ensino fundamental

De acordo com o Censo 2010, o estado com **piores índices de alfabetização é Alagoas**, com 35% de não alfabetizados até os 8 anos de idade. **O melhor desempenho é do Paraná**, com 4,9%

No Nordeste, o **melhor resultado** é o do **Ceará**, com 18,7%

No Norte, é **Rorondônia**, com 11%

No Centro-Oeste, o **Distrito Federal** tem os melhores índices: 6,8% das crianças não estão alfabetizadas aos 8 anos

No Sudeste, destaca-se **Minas Gerais**, com 6,7%

estudantes do 3º ano do ensino fundamental, revelou que apenas 56,1% aprenderam o que era esperado em leitura; em matemática, só 42,8%. A prova revelou também a grande variação de desempenho entre regiões do país e entre escolas públicas e privadas.

Exclusão social

Reduzir a desigualdade para garantir mais oportunidades às crianças das escolas públicas é o mérito do pacto, acredita a senadora Ângela Portela (PT-RR).

— Ele busca diminuir as diferenças na alfabetização, e isso é de extrema relevância porque a insuficiência de aprendizado é raiz da exclusão social, intelectual, econômica e cultural — afirmou, ressaltando que a ação deve ser acompanhada do esforço dos governos para ampliar as vagas na educação infantil.

Vice-presidente da comissão mista que analisa a MP, o senador Gim Argello (PTB-DF) destaca a destinação de recursos federais para a consecução das metas de alfabetização. O investimento inicial é de R\$ 2,7 bilhões (R\$ 1,1 bilhão em 2013 e R\$ 1,6 bilhão em 2014), que serão repassados aos estados e municípios que aderirem ao

pacto. O dinheiro vai financiar os cursos de formação, com pagamento de bolsas aos professores e aos orientadores, e a realização das avaliações anuais, entre outros itens.

— As redes estaduais e municipais são as maiores responsáveis pela alfabetização das crianças. O estímulo é importantíssimo — diz Gim.

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), porém, o pacto é “bem-intencionado, mas insuficiente”.

— Podemos conseguir nivelar um pouquinho, obter algum pequeno avanço, como outros pequenos avanços que vimos obtendo na educação. Mas não vamos diminuir o imenso desnível educacional que temos. Esse problema exige mais que um simples pacto — critica.

Cristovam defende uma mudança mais profunda no sistema educacional, em que o governo federal assumiria a educação básica (hoje, apenas o ensino superior é responsabilidade da União). Só assim, acredita, seria possível superar a desigualdade e garantir um padrão de qualidade a todas as escolas públicas. As propostas integram o projeto do Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação, elaborado pelo senador.



Paulo Fung/Agência Senado

Programa do MEC aposta na reciclagem de professores

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa já tem adesão de todos os estados e do Distrito Federal. Até 8 de novembro, dia do lançamento da iniciativa pela presidente Dilma Rousseff e pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, 5.271 municípios haviam aderido — o país tem 5.565 municípios.

Ao aderir, estados e municípios firmam com a União um compromisso formal de assegurar que todos os alunos da rede pública sejam alfabetizados em língua portuguesa e matemática até os 8 anos, ao final do 3º ano. Os estados (que, em princípio, são os responsáveis pelo ensino médio, ficando o fundamental a cargo dos municípios) devem apoiar as prefeituras.

O principal eixo do plano é a formação dos cerca de 360 mil professores alfabetizadores das escolas

públicas, que terão aulas presenciais durante dois anos, na cidade em que atuam. Como ajuda de custo para a participação nos encontros presenciais, eles receberão bolsas.

Outro eixo importante é a avaliação. Além da Provinha Brasil, aplicada no início e no final do 2º ano, as escolas participarão de uma avaliação universal anual, realizada pelo Inep e destinada aos concluintes do 3º ano. As provas possibilitarão às redes analisar o resultado do trabalho de alfabetização e planejar medidas corretivas.

A importância de avaliar os estudantes ao final do ciclo de alfabetização, para impedir que prossigam os estudos com déficit numa área que é tão determinante para todo o aprendizado, já era objetivo de um projeto de lei do senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

que aguarda análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto (PLS 414/11) institui uma avaliação obrigatória da aprendizagem em língua portuguesa e matemática ao final do 3º ano e estipula que o aluno com desempenho insatisfatório receberá reforço pedagógico intensivo ao longo do 4º ano.

— Sei por experiência própria que não devemos deixar o aluno avançar sem avaliar seu aprendizado. O estudante que não domina língua portuguesa e matemática nessa etapa dificilmente consegue acompanhar depois — disse Bauer, que foi secretário da Educação de Santa Catarina.

O senador apresentou uma emenda à MP do pacto para inserir a obrigatoriedade das avaliações e da oferta de reforço escolar pelas redes.

Os estados e municípios que já têm programas próprios de alfabetização também podem aderir ao pacto. É o caso do Distrito Federal, que mantém o BIA (Bloco Inicial de Alfabetização), voltado a crianças de 6 a 8 anos e com professores formados pelo Pró-Letramento, programa do governo federal em parceria com governos estaduais e universidades.

Na Escola Classe 206 Sul, que faz parte da rede pública do Distrito Federal, é comum o trabalho focado no aluno. Os professores mapeiam as dificuldades de cada criança na leitura e na escrita e planejam formas de ajudá-la a superar o atraso, durante as próprias aulas ou mesmo com reforço escolar no contraturno. Projetos e atividades culturais são usados como motivadores do aprendizado.

A Escola Classe 206 Sul, de Brasília, mapeia dificuldades de cada aluno e oferece reforço, se necessário

Formação docente é falha, diz pesquisadora

Pesquisadora da área de alfabetização e fundadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Magda Becker Soares afirma que os professores alfabetizadores precisam de formação continuada, como prevê o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Ela, porém, chama a atenção para o que considera ainda mais necessário: formação inicial específica, com reformulação dos cursos universitários, em razão da complexidade dos fundamentos que é preciso dominar. Para ela, esse é o maior desafio enfrentado no Brasil, hoje, na alfabetização.

— Não estamos formando alfabetizadores eficientes. É só entendendo como a criança aprende a língua escrita que podemos saber como conduzi-la nessa aprendizagem e como vencer as dificuldades.

A deficiência parece mais grave no contexto

sociocultural brasileiro, ainda pouco favorável à alfabetização das crianças em razão da baixa escolaridade dos pais.

— Isso significa que é a escola que tem a responsabilidade de suprir aquilo que o contexto não oferece. Não adianta culpar pais de baixa escolaridade, famílias em que a leitura e a escrita estão ausentes, pelas dificuldades da criança. Cabe à escola, nesses casos, criar contextos de letramento incentivadores da aprendizagem da língua escrita.

Magda explica que é importante alfabetizar os alunos até os 8 anos porque é nesse período que se desenvolvem mais intensamente as operações cognitivas.

— Se o estudante não adquire o domínio básico da língua escrita nos anos iniciais, fase ideal para que isso ocorra (ideal do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo e do ponto de vista de seu interesse e motivação), torna-se muito difícil essa aquisição nos anos seguintes.

A recuperação do que não ocorreu na idade certa pode acontecer, mas exige muito esforço do estudante e do alfabetizador.

Isso acontece, disse a pesquisadora, não só porque o momento “ideal” já se foi, mas também porque a escolarização, nos momentos posteriores, passa a depender fundamentalmente da língua escrita, o que resulta em fracassos que se acumulam ao longo das séries.

Saiba mais

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
<http://pacto.mec.gov.br/>

Medida Provisória 586/12
<http://bit.ly/medidaprovisoria586>

Plano Nacional de Educação
<http://bit.ly/planonacionaldeeducacao>

Veja as edições anteriores do *Especial Cidadania* em www.senado.leg.br/jornal



O Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Maria Felício Lopes, de Fortaleza, participa do programa de alfabetização do governo cearense

Como vai funcionar

► **FORMAÇÃO CONTINUADA:** os professores alfabetizadores das escolas públicas brasileiras farão curso presencial de 2 anos, com carga horária de 120 horas por ano divididas entre estudos e atividades práticas. Os encontros serão conduzidos por 18 mil orientadores de estudo — professores que farão um curso de formação específico, com 200 horas de duração por ano, ministrado por universidades públicas que, para isso, receberão recursos do Ministério da Educação (MEC).

► **MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS:** as escolas receberão do MEC materiais específicos para alfabetização (livros didáticos, obras pedagógicas complementares, dicionários, obras de referência, de literatura e de pesquisa; de apoio pedagógico aos professores; e tecnologias educacionais de apoio à alfabetização).

► **AVALIAÇÕES:** além das avaliações processuais, debatidas durante o curso de formação e que podem ser aplicadas pelo professor junto aos educandos, as escolas terão acesso a um sistema informatizado para inserir os resultados da Provinha Brasil de cada criança, no início e no final do 2º ano, o que permitirá diagnosticar o nível de conhecimentos sobre o sistema alfabético de escrita e habilidades de leitura, para então planejar ajustes. E os alunos concluintes do 3º ano participarão de uma avaliação anual universal, pelo Inep, para aferir nível de alfabetização ao final do ciclo. Essa avaliação possibilitará às redes implementar medidas e políticas corretivas. As provas começam no ano que vem e os resultados estarão disponíveis a partir de 2014.

► **GESTÃO E CONTROLE SOCIAL:** o Pacto terá um Comitê Gestor Nacional; uma coordenação institucional em cada estado, composta por diversas entidades; uma coordenação estadual, responsável pela implementação e monitoramento das ações em sua rede e pelo apoio à implementação nos municípios; e uma coordenação municipal, responsável pela implementação e monitoramento das ações na sua rede.

► **PREMIAÇÃO:** o MEC premiará professores, escolas e redes de ensino que mais avançarem na alfabetização. O edital com as regras da premiação será publicado em 2013.



Fonte: Ministério da Educação

Governo quer 100% dos alunos alfabetizados

Alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano é uma das 20 metas do projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), que está em análise no Senado.

O plano define os rumos da educação do país para o próximo decênio. Entre as ações propostas para alcançar a meta, estão a criação de uma avaliação

nacional anual e o estímulo à formação dos professores (inicial e continuada).

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto do PNE (PLC 103/12) chegou ao Senado em outubro. Está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Depois de amanhã, a CAE, em conjunto com a Comissão de Educação (CE),

realizará duas audiências públicas para discutir o plano. A primeira, com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, está prevista para as 10h. A outra deve ter início às 14h. A questão mais polêmica é a destinação de 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação, até 2020. Atualmente, só 5% são investidos na área.